

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 84.526 - DF (2017/0114027-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE : LUCIO BOLONHA FUNARO (PRESO)
ADVOGADOS : BRUNO ESPINEIRA LEMOS E OUTRO(S) - DF017918
CEZAR ROBERTO BITENCOURT - DF020151
VICTOR MENERVINO QUINTIERE - DF043144
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

LÚCIO BOLONHA FUNARO estaria sofrendo coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que manteve a sua prisão preventiva nos autos do HC n. 0070922-42.2016.4.01.0000.

Consta dos autos que **o recorrente** – denunciado perante o Supremo Tribunal Federal como incurso nos arts. 317 (por 15 vezes), 319 e 325 (por 13 vezes), c/c os arts. 29, 30, 69 e 327, § 2º, todos do Código Penal, e com o art. 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (por 318 vezes) – **teve a prisão preventiva decretada em 23/6/2016 pelo próprio Supremo Tribunal Federal.**

Posteriormente, a denúncia veio a ser remetida para a 10ª Vara Federal de Brasília, com **ratificação** da denúncia, nos autos da Ação Penal n. 0060203-83.2016.4.01.3400.

A defesa destaca que "as supostas condutas delitivas de LÚCIO FUNARO na atuação de suas empresas não têm qualquer possibilidade de acontecer, tendo em vista que após a publicidade nacional feita em relação ao seu nome, além de todos os monitoramentos que permanecem sendo feitos pelo Ministério Público Federal, assim como pelas Agências Reguladoras, CVM, Banco Central, etc., é impossível que LÚCIO FUNARO converse ou se encontre com alguém sem ser ouvido pelas autoridades. Isso é um fato. E, ademais, o recorrente encontra-se preso sem culpa formada há mais de nove meses, aliás, é o único preso por este processo" (fl. 589).

Aduz que "o resguardo da ordem pública pelo receio de reiteração delitiva exige a demonstração de risco concreto desta reiteração, o que não se verifica no caso dos autos" (fl. 589). Assevera que "as medidas alternativas à prisão seriam perfeitamente adequadas para casos tais quais o de LÚCIO BOLONHA FUNARO. As acusações feitas contra o recorrente, pelos

Superior Tribunal de Justiça

crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro são crimes sem qualquer tipo de violência e LÚCIO é primário e tem residência fixa" (fl. 594).

Afirma que "o artigo 318, do CPP, prevê que poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for. (...); III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência".

Lembra que "Lúcio Funaro foi preso quando Pietra, sua filha, contava com apenas 6 meses de vida (a menina nasceu em 23 de janeiro de 2016, conforme cópia da certidão de nascimento em anexo)" (fls. 597).

A defesa pede o seguinte:

[...]

POR TODO O EXPOSTO, requer:

- a) A CONCESSÃO DE LIMINAR para determinar a suspensão da decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente, permitindo a sua liberdade até o julgamento de mérito do presente recurso;
- b) NO MÉRITO, que o presente Recurso Ordinário em Habeas Corpus seja conhecido e integralmente provido para:
 - b.1) confirmar a decisão liminar pleiteada, pois em sede de habeas corpus a liminar é sempre satisfativa, em face da existência de fundamentos suficientes da ilegalidade da prisão antecipada da pena para revogar em definitivo do decreto de prisão preventiva;
 - b.2) ALTERNATIVAMENTE,
 - b.2.1. que a prisão preventiva seja substituída por medidas alternas à prisão, mesmo valendo-se de monitoramento eletrônico;
 - b.2.2. a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, permitindo o restabelecimento do convívio do recorrente com sua filha de 1 ano e 3 meses; [...] (fl. 601)

Decido.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, verifico que o Ministro Teori Zavascki, no âmbito da AC n. 4.186/DF, decretou a prisão preventiva do recorrente com base nos

seguintes argumentos:

[...] Nos autos, há elementos suficientes que apontam a necessidade de custódia do requerido, evidenciada pelo seu papel de destaque no suposto esquema criminoso narrado, voltado para prática, em tese, de crimes de corrupção ativa/passiva e de lavagem de dinheiro.

Apontou-se, de maneira concreta, que Lúcio Bolonha Funaro seria, dentro da engrenagem criminoso, responsável contínuo pela operacionalização do desvio de verbas, efetuando reiteradas transações financeiras a fim de dissimular e ocultar a sua origem, assim como seria responsável por pagamentos e propinas a agentes públicos e políticos, em tese, envolvidos.

Elementos outros também indicam concreta periculosidade de Lúcio Bolonha Funaro, podendo-se destacar: (a) ameaças reportadas a Milton Schahin, por desavenças comerciais, conforme depoimento prestado pela suposta vítima (fls. 384-393); (b) depoimento prestado por Delcídio do Amaral, que revela, nominalmente, envolvimento do requerido e Eduardo Cunha em inúmeros requerimentos apresentados na Câmara dos Deputados, para constranger representantes do grupo Schahin e seus familiares, em razão de aludida desavença comercial com o requerido (...); (c) ameaça a Fábio Cleto e seus familiares, em razão de desentendimento no pagamento de supostas propinas, conforme declarou em depoimento no âmbito de colaboração premiada, [...]; (d) insistentes cobranças de pagamentos de propinas a Nelson José de Mello, então representante da empresa Hypermarchas, em tom ameaçador e agressivo, conforme revelado em depoimento prestado em colaboração premiada, [...].

Está devidamente demonstrada a necessidade de intervenção judicial de caráter acautelatório, a fim de salvaguardar a ordem pública, diante dos elementos concretos e individualizados apresentados.

Esses aspectos revelam, ainda que indiciariamente, periculosidade significativa por parte do requerido, circunstância que autoriza a prisão cautelar. Nesse contexto, justificada está, na linha de precedentes desta Corte, a necessidade da prisão preventiva, com vistas a **resguardar a ordem pública, ante a periculosidade do agente (papel relevante na suposta engrenagem criminoso) e pelo fundado receio de reiteração delitiva) [...].**

Destaca-se, ainda, que o requerido foi recentemente denunciado nesta Corte (Inq 4.266), juntamente com o Deputado Federal

Eduardo Cunha e outros pela suposta prática de crimes previstos nos arts. 317, por 15 (quinze) vezes, e 319, ambos do Código Penal, e no art. 1º da Lei 9.613/1998, por 318 (trezentos e dezoito) vezes, em razão do envolvimento na 'implantação e no funcionamento do esquema de corrupção e lavagem de dinheiro relacionado à Caixa Econômica Federal ao menos entre os anos de 2011 e 2014', assim como é investigado em outros inquéritos nesta Corte (Inq 4.207 e 4.232).

Consta, ainda, nos autos, a referência de que **Lúcio Bolonha Funaro estaria envolvido no cometimento de vários outros crimes de lavagem de dinheiro, contra o sistema financeiro nacional, contra a ordem tributária, de ameaça e de extorsão.**

Ademais, recentes fatos, consubstanciados principalmente em novos depoimentos prestados, demonstram que não cessou a reiterada prática criminosa atribuída ao requerido.

Os fatos aqui expostos **demonstram, com clareza, a existência de criminalidade, com especialização na prática de crimes contra a administração pública e de lavagem de capitais, na qual o requerido presumidamente ocupa papel, mais do que destacado, chave para seu funcionamento**, o que torna, neste momento, imprescindível a custódia. [...] (fls. 106-128)

Tais elementos **afastam** a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão de **se mostrarem suficientes as razões invocadas no decreto preventivo para embasar a ordem de prisão do ora recorrente, porquanto contextualizaram, em dados concretos dos autos, a necessidade cautelar de segregação do réu.**

Com efeito, o Ministro relator da AC n. 4.186/DF apontou **concretamente** a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, indicando motivação suficiente para justificar a necessidade de colocar o recorrente cautelarmente privado de sua liberdade, ao ressaltar "**a periculosidade do agente (papel relevante na suposta engrenagem criminosa) e pelo fundado receio de reiteração delitiva**", visto que "**Funaro estaria envolvido no cometimento de vários outros crimes de lavagem de dinheiro, contra o sistema financeiro nacional, contra a ordem tributária, de ameaça e de extorsão**", bem como a "**especialização na prática de crimes contra a administração pública e de lavagem de capitais, na qual o requerido presumidamente ocupa papel, mais do que destacado, chave para seu funcionamento**".

Superior Tribunal de Justiça

O STJ e o STF, em casos similares, entendem que a participação de agente em organização criminosa sofisticada – a revelar a habitualidade delitiva – pode justificar idoneamente a prisão preventiva.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

[...] Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, consubstanciada no fato de a paciente integrar organização criminosa, com atuação de liderança no grupo criminoso, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva. [...] (**HC n. 345.358/SP**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6^a T., DJe 18/4/2016)

[...] A custódia cautelar visando à garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. [...] (**RHC n. 122.182/SP**, Rel. Ministro **Luiz Fux**, 1^a T., DJe 15/9/2014).

[...] A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva. [...] (**HC n. 95.024**, Rel. Ministra **Cármem Lúcia**, 1^a T., DJe 20/2/2009)

À vista do exposto, não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Superior Tribunal de Justiça

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de maio de 2017.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

